

VILA TELEBRASÍLIA

Decisão do Governo Roriz de retirar os invasores da área provoca protestos. Mais antigos prometem reagir

Remoção revolta moradores

Fabiana Tahan

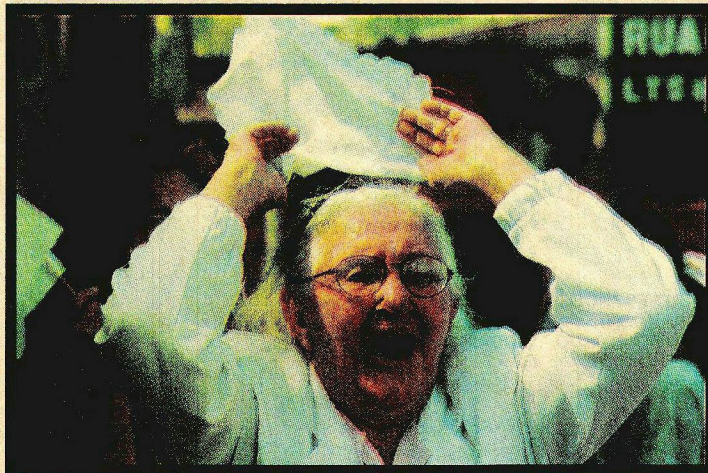
Da equipe do **Correio**

“Quanto mais o governador bate o pé, mais o meu fica no chão.” A frase da moradora mais antiga da Vila da Telebrasília, Francelina Maria da Silva, 88 anos, reflete bem o ânimo dos demais moradores em relação aos planos do governador Joaquim Roriz de desapropriar a área e construir um clube no local.

As declarações foram feitas pelo governador, há dois dias, durante a inauguração da rede de água do local escolhido para abrigar os moradores da vila, na quadra 16 do Riacho Fundo. Das mais de 350 famílias que moram na Telebrasília, apenas 263 terão direito a um lote.

O presidente da Associação de Moradores da Vila da Telebrasília, João Almeida da Silva, acredita que a postura de Roriz é de revanchismo em relação às obras realizadas no governo petista de

Wanderlei Pozzembom 23.3.00



DONA FRANCELINA, MORADORA MAIS ANTIGA DA VILA: PÉ NO CHÃO

Cristovam Buarque, que levaram rede elétrica e de esgoto para o local. “O que está por trás dessas ameaças é favorecer as empresas da construção civil”, acredita ele, que está seguro sobre a permanência, pois estamos amparados na lei”, diz.

João se refere à lei ordinária

aprovada em 1991 pela Câmara Legislativa que assegura a permanência dos mais de 350 moradores na vila da Telebrasília. O governo alega que essa lei não teria mais validade em função do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), de 1997, que não pre-

vê urbanização na área.

Para o advogado Paulo Machado, juridicamente o PDOT não revoga a lei aprovada em 1991 porque estabelece que áreas integrantes do quadrilátero do Patrimônio Histórico sejam preservadas. “A Telebrasília é um assentamento histórico e faz parte do inventário da cidade”, diz o advogado, que é relator do processo que a Comissão de Direitos Humanos solicitou à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para analisar a questão da vila.

Paulo Machado vê com surpresa a declaração feita pelo governador, especialmente porque existe uma ação judicial movida pelo Ministério Público do Distrito Federal contra a permanência dos moradores. “Uma retirada agora seria um atentado ao processo judicial em curso e completamente ilegal”, acredita. O **Correio** tentou ouvir a secretária da Habitação, Ivelise Longhi, sobre o assunto, mas não obteve resposta.